

O porvir de Gaia: perspectivas, tensões e limites sobre o significado do “Antropoceno” na História do Tempo Presente

Matheus Mendonça Azevedo

Universidade Federal do Amazonas
Manaus, Amazonas, Brasil

Recebido em: 19 nov. 2024

Aprovado em: 10 maio 2026

Publicado em: 31 ago. 2026

Resumo

O presente artigo tem como objetivo realizar uma contribuição às discussões sobre o Antropoceno na historiografia contemporânea. Mais precisamente, busca-se investigar como o subcampo da História do Tempo Presente não só pode apreender as questões que o debate sobre o Antropoceno tem feito implicar nas humanidades, como também defendemos a intervenção da própria HTP para lidar com o problema. Nesse sentido, a análise, em primeiro lugar, desenvolve um histórico da terminologia, sua semântica e questões que atualmente vem emergindo, ao salientar seu lugar de origem na geologia e ciências naturais, evidenciando as críticas mais fundamentais ao conceito. Em segundo lugar, discute-se no texto o impacto do debate na historiografia atual, colocando em relevo o debate sobre temporalidades na historiografia, agenciamentos e impasses metodológicos advindos de tais articulações. Por fim, o artigo propõe que a História do Tempo Presente, a partir do diálogo com o historiador colombiano Hugo Fazio Vengoa e a historiadora argentina María Inés Mudrovic, pode intervir numa apreensão dos problemas do Antropoceno para fugir do catastrofismo paralisante atual, para sustentar como a História do Tempo Presente, enquanto aporte teórico, pode ser viável, acadêmica e politicamente relevante

Palavras-chave: Antropoceno; História do Tempo Presente (HTP); Historiografia; Temporalidades; Catastrofismo.

Essa pesquisa contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre e graduado pela mesma instituição. Atuando nas áreas de História, especificamente em Teoria e Filosofia da História com foco em Temporalidades, Experiências Contemporâneas do Tempo e Antropoceno. E-mail: matheusmeazevedo@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9255-681X>

 <http://lattes.cnpq.br/6298492334770202>

Gaia's Future: Perspectives, Tensions, and Limits on the Meaning of the "Anthropocene" in the History of the Present Time

Matheus Mendonça Azevedo

Federal University of Amazonas
Manaus, Amazonas, Brazil

Received: 19th Nov. 2024

Approved: 10th May 2026

Published: 31st Aug. 2026

Abstract

This article aims to contribute to discussions on the Anthropocene in contemporary historiography. More precisely, it seeks to investigate how the subfield of Contemporary History can not only grasp the issues that the debate on the Anthropocene has raised in the humanities, but also advocate for the intervention of Contemporary History itself to address the problem. In this sense, the analysis first develops a history of the terminology, its semantics, and the issues that are currently emerging, highlighting its origins in geology and the natural sciences, and evidencing the most fundamental criticisms of the concept. Secondly, the text discusses the impact of the debate on current historiography, emphasizing the debate on temporalities in historiography, and the methodological agencies and impasses arising from such articulations. Finally, the article proposes that the History of the Present Time, through dialogue with the Colombian historian Hugo Fazio Vengoa and the Argentinian historian María Inés Mudrovcic, can intervene in an understanding of the problems of the Anthropocene to escape the current paralyzing catastrophism, and to support how the History of the Present Time, as a theoretical contribution, can be viable, academically and politically relevant.

Keywords: Anthropocene; History of the Present (HTP); Historiography; Temporalities; Catastrophism.

This research was funded by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES).

* PhD Candidate in Social History at the Federal University of Amazonas (UFAM). Holds a master's degree and a bachelor's degree from the same institution. He researches in the field of History, with a particular focus on Theory and Philosophy of History, emphasizing Temporalities, Contemporary Experiences of Time, and the Anthropocene. E-mail: matheusmeazevedo@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9255-681X>

 <http://lattes.cnpq.br/6298492334770202>
Rio de Janeiro, PPGH/UERJ, n. 42, p. 01-29, mai.-ago. 2026

Introdução

A preocupação com a atual crise climática, o aquecimento global e a degradação da natureza em escalas exorbitantes transbordaram os limites disciplinares e científicos, atingindo as reflexões mais recentes de diversos historiadores sobre suas dimensões e impactos na maneira como se produz narrativas históricas no presente. Isto é o que, em linhas gerais, a noção de “Antropoceno” vem causando no cenário historiográfico (Charbonnier, 2017). No presente artigo, buscaremos cristalizar as questões que tornam a História do Tempo Presente como um potencial eixo teórico-metodológico de reflexões para contextualizar a dimensão temporal e histórica do Antropoceno.

Algumas imagens têm certa potência simbólica em termos de representação do fenômeno. Uma delas é a de Gaia. A imagem mítica de Gaia, da qual o antropólogo e filósofo Bruno Latour extrai de James Lovelock, é central aqui, uma vez que essa referência não está carregada das noções distintivas que operacionalizam o par ambíguo Natureza/Cultura (Latour, 2020). É justamente a partir de um colapso maior da vingança de Gaia, que a concepção de “Antropoceno” emergiu em tempos recentes para indicar um revolvimento muito maior das estruturas planetárias perante os seres humanos e não-humanos. Nesse artigo, portanto, pretendemos discutir alguns elementos do próprio porvir de Gaia e de que maneira ele se apresenta como questão que pode sofrer uma intervenção da prática da História do Tempo Presente.

A noção de Antropoceno, embora seja mais familiar à historiografia a partir do campo da História Ambiental, está oferecendo desafios que vão além das questões ecológicas e climáticas que cercam o presente e sua historicidade (Chakrabarty, 2023). Vamos nos debruçar de forma mais detida às questões teóricas que se reconfiguraram a partir do diálogo de diversos historiadores com este problema, sob um prisma temporal e epistemológico das noções comuns de historiografia e narrativa histórica. Certamente, há agora uma extensa bibliografia em expansão e produção na historiografia contemporânea acerca do tema (Freyesleben, 2022).

O objetivo se delimita a partir de uma contribuição teórica que busca apontar caminhos e reflexões metodológicas possíveis a partir da História do Tempo Presente. Nesse sentido, embasados especialmente na historiografia latino-americana, com as reflexões do historiador colombiano Hugo Fazio Vengoa e da historiadora argentina

María Inés Mudrovic, mostraremos de que forma o campo da HTP pode intervir, apontar caminhos, expor desafios e apresentar novas perspectivas para lidar com o assombro quase apocalíptico que paira no porvir de Gaia (Vengoa, 2010; Mudrovic, 2019; Chorell, 2024; Swyngedouw, 2010).

Não buscamos, com isso, encerrar qualquer debate acerca de quais correntes teóricas e historiográficas seriam mais ou menos apropriadas para que a ciência da história se apodere do Antropoceno – tema este tão multifacetado e aberto para inúmeras outras abordagens possíveis. Pelo contrário, como objetivo deste artigo, ao ensinar a discussão tomando a História do Tempo Presente, procuramos colocar em evidência uma das inúmeras variáveis possíveis de leitura dos problemas levantados pelo Antropoceno que possuem dimensões planetárias. Isso é importante porque, em termos historiográficos, as discussões sobre o Antropoceno, ainda que se concentrem no que é compreendido como contemporâneo, não são de domínio exclusivo do presente, algo que o campo da história ambiental já vem discutindo por outros prismas e abordagens (Klanowicz; Ramos, 2023; Marques, 2023).

Nesse sentido, procederemos em três passos no texto para expor nossas questões e problematizações. Em um primeiro momento, apresentaremos um breve histórico do surgimento da noção, suas filiações intelectuais, políticas e institucionais, articulando um debate interdisciplinar que, pela natureza da discussão, é incontornável (Bonneuil; Fressoz, 2024). Posteriormente, faremos uma discussão a respeito de como o Antropoceno penetrou na historiografia, justamente a partir do interesse pela ecologia, por debates com o meio ambiente, mas fundamentalmente também a respeito da forma como essas problematizações historiográficas atingiram escalas teóricas dos limites disciplinares e epistemológicos da historiografia (Tamm; Burke, 2019). Chegamos, então, ao nosso objetivo central, momento em que discutiremos a possibilidade teórica - ainda em andamento no decurso historiográfico - sobre os aportes teórico-metodológicos da História do Tempo Presente e suas dimensões para apreender e capturar algumas das principais questões que o Antropoceno implica à prática historiográfica, uma vez que essa noção “assinala a reentrada definitiva do mundo natural na representação do tempo pela historiografia” (Pereira; Lopes, 2024, p. 12).

O “Antropoceno”: surgimento, perspectivas e condições de possibilidade

De acordo com a narrativa oficial, numa história oficial escrita de cientistas para cientistas, foi no encontro do Comitê Científico do IGBP, realizado em Cuernavaca, no México em 2000, que o termo “Antropoceno” foi pronunciado pela primeira vez, ao menos numa conferência científica e em público (Steffen, 2004). O pronunciamento aconteceu num dia de fevereiro daquele ano, quando vários cientistas, ao exporem seus últimos empenhos, problemas e resultados de pesquisa, utilizavam com muita naturalidade o termo “Holoceno” para se referirem à época geológica mais recente, iniciada há aproximadamente 11.700 anos (Steffen, 2013, p. 486). A contínua utilização do conceito epocal causava um especial incômodo no então vice-presidente do IGBP, o químico atmosférico Paul Crutzen, que proclamou, cedendo a uma visível agitação diante das exposições dos cientistas, que parassem de usar a palavra “Holoceno” porque a época atual deveria ser chamada de “Antropoceno” (Steffen, 2013).

Após o evento, o biólogo marinho Eugene Stoermer recebeu um convite de Crutzen para formular um pouco mais, ao lado deste, os significados que aquela palavra possuía. O convite para Stoermer não era nada fortuito. Este se deu porque o biólogo utilizou o termo “antropoceno” ainda na década de 1980, e não tinha sido popularizado ou sequer saído de pequenos circuitos acadêmicos. Foi quando Paul Crutzen o convidou para que, juntos, redigissem um breve artigo explanando as ideias iniciais depois do controverso episódio no último comitê científico do IGBP (Steffen, 2013). O resultado foi um dos principais documentos históricos a respeito do conceito de Antropoceno. Após as publicações de Crutzen, a “antropocenologia” cresceu de forma estrondosa, bem como a profusão de diversas críticas aos cientistas (Bonneuil; Fressoz, 2024). No entanto, no âmbito científico os debates cresceram na direção de quantificar e mapear o estado de natureza em que o planeta se encontrava.

Desde os anos 1970, várias evidências apontam que as causas do aquecimento climático e de colapsos ambientais estão associadas definitivamente à “crescente influência humana no meio ambiente” (Crutzen, 2002, p. 23). Algumas podem ser pontuadas a partir de elementos históricos que correm em rápida aceleração, como a explosão do crescimento demográfico, passível de ser interpretada como uma máxima

de aceleração que tornou o planeta uma “nave espacial fechada” (Koselleck, 2014, 185). O crescimento demográfico, conforme os dados levantados pelo químico Will Steffen, acelerou as emissões de CO₂ na atmosfera, o aumento da pecuária e da monocultura, que, por sua vez, também catapultaram as emissões de metano, um dos principais gases responsáveis pelo efeito estufa (Steffen, 2004, p. 6). O argumento é que, em virtude de o atual colapso climático ter causas sobretudo antropogênicas seria mais apropriado o termo “Antropoceno” para sinalizar efetivamente a “Época Humana”, porque “a humanidade permanecerá uma grande força geológica nos próximos milênios” (Crutzen; Stoermer, 2000).

A discussão sobre as possíveis datações e inícios já é extensa, e boa parte delas retrocede pelo menos três séculos atrás - algo presente na proposta original de Crutzen - coincidindo em linhas gerais com o início da Modernidade ou, em particular, com a Revolução Industrial (Bonneuil; Fresco, 2024; Latour, 2020). Também existe a extensa discussão sobre o período conhecido como “A Grande Aceleração” - que seria o momento em que se discute atualmente indícios da atividade humana, como a presença de radionuclídeos, deixados como rastros dos testes nucleares, nas camadas estratigráficas e que,

embora o conceito de Antropoceno só tenha sido estabelecido plenamente com a concepção científica moderna do sistema terrestre e que se considere cada vez mais que sua base física é a Grande Aceleração, ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, ele foi prefigurado por pensadores focados nas dramáticas mudanças de interface homem-ambiente provocadas pela ascensão do capitalismo, como a Revolução Industrial, a colonização do mundo e a era dos combustíveis fósseis (Foster; Angus, 2023, p. 13).

A noção - embora originalmente geológica e não canonizada pela comunidade de geólogos - indica que a “ação humana” foi tão impactante na história recente da Modernidade, que chegou ao ponto de alterar os limites planetários da Terra, fazendo com que a crise climática atual seja um dado sólido e incontornável e fonte de angústias e preocupações (Angus, 2023). Nesse sentido, a proposta original tornou-se um lugar-comum, aglutinando sob seu eixo referências e questões díspares da comunidade acadêmica de vários campos que agora centralizam em si interesses socioambientais e climáticos.

No entanto, a tese original de Crutzen e Stroemer, ao acusar a “ação humana” como a principal causa dos eventos climáticos catastróficos que gradualmente se acumulam na experiência presente, encontrou discussões que buscaram delimitar os elementos mais sólidos que poderiam ser apontados como evidências, além de um período comum - A Grande Aceleração - que servisse de sustentação às argumentações sobre a explosão de determinados acontecimentos, tais como o:

Aumento na erosão e no transporte de sedimentos pela agricultura e urbanização; perturbações antropogênicas dos ciclos biogeoquímicos de elementos como carbono, nitrogênio, fósforo e de metais, ao lado de novos compostos químicos, e consequentes modificações causadas por elas, como aquecimento global, aumento do nível do mar, acidificação dos oceanos, extinção massiva de espécies; mudanças no perfil do uso e ocupação do solo e alterações no ciclo da água, com interferências no curso de rios e escassez hídrica. (Silva; Lopes, 2021, p. 349).

Tais processos, intimamente articulados, são debitados às ações antropogênicas na natureza que balizam a crise climática como uma consequência direta do “barateamento do mundo natural”, isto é, a noção de que a natureza está ao dispor, como um dado gratuito na forma de “recursos naturais” a serem utilizados livremente e, mais ainda, de forma impune (Moore, 2022). O Antropoceno lança, então, inúmeros desafios para diversas ciências humanas, evidentemente pelo seu fator multidisciplinar, tais como a antropologia, ciências sociais, filosofia e a historiografia, sobretudo nas primeiras discussões articuladas à História Ambiental, mas, agora, especialmente na interface entre a Teoria da História e a História do Tempo Presente (Turin, 2022).

Temos nos referido à “ação humana” com devidas aspas protetoras, pois, quando o conceito passou a ser problematizado pelas ciências humanas sociais, diversos pesquisadores e pesquisadoras - com suas diferentes questões - realizaram críticas severas. Com essa entrada, a discussão inicial girou em torno principalmente de qual terminologia seria melhor apropriada para situar os agentes. Para a geógrafa Kathryn Yusoff (2018), a noção de antropoceno, por ser genérica e universalizante, serve como um bom álibi para os países do Norte Global e, de soslaio, para os cientistas homens, brancos e europeus amenizarem sua própria responsabilidade epistêmica, lançando a questão racial em jogo e propondo que existissem bilhões de antropocenos

ou, então, nenhum, ao evocar o racismo ambiental como elemento fundamental dessas formulações.

Também o historiador Jason Moore, pensando a insuficiência conceitual, teórica e política que o termo engendra, propõe o neologismo “Capitaloceno”, pois se trata de uma crise muito mais ampla do próprio capitalismo com devastação histórica massiva da natureza, pois o “nosso momento envolve muito mais do que um problema climático” (Moore, 2022, p. 13). Além disso, Moore coloca em xeque aceções sobre as consequências do cataclismo ambiental que se anuncia: “Mas consequências de quê? Da humanidade como um todo? Da população? Da civilização industrial? Do Ocidente? Do capitalismo? Nossa resposta à pergunta hoje moldará as condições de vida na Terra por milênios” (Moore, 2022, p. 129).

Na reflexão conjunta de Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro na obra seminal “Há mundo porvir?” (2014), a questão atinge os patamares de lançar problemas justamente na odisseia humana implícita que existe no debate sobre o Antropoceno, utilizando-se de um diálogo entremeado pela antropologia e pelo corte analítico de Gilles Deleuze e Félix Guattari, questionam a supremacia do homem ao colocá-lo sob a égide do perspectivismo, já que os “humanos não são os únicos seres interessantes e que têm uma perspectiva sobre a existência. Muitos outros também têm” (Danowski; Viveiros de Castro, 2014, p. 15).

Disso, decorre a questão fundamental: “qual é o lugar do ‘humano’ na face da Terra?” A denúncia é conhecida e torna-se explícita, tendo em vista que a noção sinaliza uma nomeação narcísica e antropocentrista que concebe ao ser humano a ideia de um protagonismo tão evidente a ponto de ansiar por deixar uma fatia de si nas camadas da terra (Crist, 2022). Não custa lembrar que em *As Palavras e as Coisas*, Michel Foucault situou que o “homem” – esse ser abstrato – significa tanto uma invenção muito recente, bem como faz parte de uma convenção de saberes que o sustentam historicamente e, mais ainda, essa mesma figura do homem que apareceu somente há poucos séculos também pode estar em vias de desaparecimento (Foucault, 1981, p. 403). A imagem do “homem” universal emerge como a tentativa de classificação de um regime de coisas, articulados às palavras, seriadas numa ordem de sentido delimitada, que organiza e pulveriza, simultaneamente, o mundo da vida, sendo a

faceta fundamental de atribuição que o “humano” concede sobre o planeta, tal como se buscasse ainda emular a postura adâmica.

Nessa perspectiva, a partir desse rol de observações críticas, há no conceito de Antropoceno ressalvas sociais e políticas fundamentais, das quais emergiram outras propostas conceituais que alterassem a conjunção da palavra com seus regimes semânticos. Outras propostas apontaram para novos sentidos que são por vezes escamoteados na noção de um *anthropos* digno da concepção de um sujeito monolítico e universal à imagem e semelhança do homem (Haraway, 2016; Moore, 2022; Ferdinand, 2022). Embora as implicações políticas sejam profundas e abrangentes, porque não existe ciência despojada de política, e, mesmo com as ciências naturais e exatas, “a função política dessas ciências - basta lembrar o aproveitamento da física nuclear ou da bioquímica - pode ser muito mais importante do que a das ciências humanas e sociais” (Koselleck, 2014, p. 291).

Em outras palavras, existe uma função política que não é neutra em quaisquer formas de saber, pois se articulam aí disputas de poder que são capilarizadas a partir de diversas instituições, veículos de informação e acadêmicos, impulsionados por um discurso neoliberal (Lorenz, 2012). Além disso, o ato de dar nomes, de criar, ainda evoca a postura de Victor Frankenstein de alçar a si não somente como aquele que desvelou o segredo vital da existência, prestes a concedê-la a um ser que ele mesmo foi capaz de conceber, reabilitando a matéria orgânica, agora vai em direção ao Planeta. De algum modo, é como se o “homem” - designando a si como o ser protagonista do planeta - perguntasse “quem a Terra pensa que é?” prostrando a natureza aos seus pés (Deleuze; Guattari, 2011, p. 69). Em vista disso, não custa nem um pouco reiterar que:

Nunca é neutra a nomeação de uma classificação temporal, por mais técnica que ela aparente ser. Ainda que o termo Antropoceno tenha sua entrada controlada e disciplinada em função de protocolos técnico-científicos, designando uma época geológica, ele não deixa de ter implicações que ultrapassam e conturbam as fronteiras disciplinares e sociais (Turin, 2022, p. 6-7).

Dentro dessa crítica, torna-se fundamental pontuar o papel prescritivo do discurso científico sobre a “natureza humana” e seu protagonismo como elemento puramente causal de um colapso climático e social que, em vias do presente, anuncia-

se um horizonte catastrófico. Nesse sentido, o essencialismo universalizante do “humano”, preñado de abstrações, desloca e desconfigura os lugares de enunciação dos discursos, suas tramas, e, sobretudo, de suas funções políticas e narrativas. Além disso, há também uma carga taxativa na qual:

A grande narrativa do Antropoceno organiza o *anthropos*, a humanidade, em duas categorias: de um lado, a massa informe da população mundial, que se tornou agente geológico sem se dar conta disso, e, de outro, uma pequena elite de intelectuais que projeta o futuro dramático e incerto do planeta” (Bonneuil; Fressoz, 2024, p. 117).

Essa narrativa ao redor do Antropoceno, como abordam os historiadores, faz dicotomias, despolitiza os agentes e disfarça os responsáveis historicamente situados, como posicionamos anteriormente. O Antropoceno precisa ser problematizado, antes de uma discussão entre um seleto grupo de geólogos ou, posteriormente, de climatologistas interessados nos distúrbios do sistema terrestre, como um acontecimento político do nosso tempo (Bonneuil; Fressoz, 2024).

O Antropoceno, com tais observações feitas, dessa maneira, aparece inicialmente com uma dupla articulação semântica. Em primeiro lugar, enquanto concepção de uma nova camada estratigráfica que confere força geológica à ação antrópica nos últimos séculos. Depois, se expressa nas formas pelas quais a catástrofe climática e as alterações biogeoquímicas passam a ser dignas de atenção e especulação, pesquisa e debates científicos e sociopolíticos nas últimas décadas (Stengers, 2015).

Uma vez que a mensuração das “ações humanas” e seus vestígios nas camadas estratigráficas romperam com a noção moderna de uma divisão entre tempo geológico e humano, as questões históricas tornaram-se mais densas. Em contrapartida, o próprio conceito de Antropoceno anuncia - sobretudo a partir de pesquisadores das Ciências do Sistema Terra - CST (*Earth System Sciences - ESS*) - um estado complexo de alterações climáticas e biogeoquímicas. Os dados são apresentados e documentados periodicamente pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas (ONU). Outra instituição científica importante que propaga o debate sobre o Antropoceno no universo acadêmico e, mais ainda, na opinião pública é o Grupo de Trabalho do Antropoceno (*Anthropocene*

Working Group - AWG), liderado pelo geólogo Jan Zalasiewicz, é composto por um grupo de geólogos e climatologistas encarregados de pesquisar acerca das evidências científicas da presença devidamente humana nas camadas cronoestratigráficas da Terra.

Nesse sentido, quando nos referimos ao termo “Antropoceno”, também queremos abordar uma parcela de sua carga semântica que engloba a “era da perturbação humana”, a “era da extinção em massa” mas também, e sobretudo, um momento profícuo de emergências, vinculado exatamente à natureza daquilo que emerge como ruína do próprio capitalismo (Tsing, 2022; Chrakrabarty, 2023). A questão que pretendemos colocar aqui é a seguinte: em que medida a História do Tempo Presente (HTP), suas perspectivas teórico-metodológicas, pode se aproximar-se do Antropoceno conferindo-lhe uma dimensão que contextualize seu lugar histórico-temporal numa leitura plural das historicidades do contemporâneo?

Nossa questão se justifica pois o retrato de um Antropoceno unívoco repousa sob a representação de um conjunto de discursos que o legitimam cientificamente - e sobretudo - politicamente, constituindo-se uma narrativa na qual a pluralidade é varrida discretamente da tela. Contra essa imagem paralisante, muitos “antropocenos” se anunciam sob o circunspecto da pluralidade de mundos e sentidos possíveis. Ao colocar “antropocenos” no plural, retomamos a argumentação de Kathryn Yusoff (2018), uma vez que a singularização e homogeneização evidencia uma neutralidade fictícia. E nesse sentido a historiografia – e em nossa proposta, a HTP – pode atuar como arma de denúncia e lupa crítica para investigações circunscritas.

O Antropoceno na historiografia: entre temporalidades e agenciamentos

A geologia não é bem uma novidade para a história. Fernand Braudel, ao inserir a noção de Longa Duração, trouxe para a historiografia um olhar aguçado para os ritmos mais lentos da natureza, do clima e da Terra (Le Goff, 2005). Koselleck (2014), ao ser influenciado e, em parte, resgatar algumas noções braudelianas, também se utiliza da metáfora geológica para demonstrar de que maneira o Tempo Histórico se manifesta. A presença de “estratificações” de tempo, imbuídas de experiência, de

temor, de expectativa, de anseios culmina numa série de interpretações possíveis para a análise da historicidade do tempo (Koselleck, 2014). A metáfora geológica permitiu que Koselleck esboçasse de maneira transparente a forma pela qual as experiências do passado podem ser visualizadas como que estratificadas umas às outras, sem se imiscuir, e, ao mesmo tempo, todas ativas de algum modo (Jordheim, 2014; Hellerma, 2020b).

Em pouquíssimas palavras, descreveremos a constituição da estrutura temporal da Modernidade, compreendida pelo conceito koselleckiano de Tempo Histórico, importante para nos situar nas entranhas de um processo bastante amplo e complexo. O Tempo Histórico foi definido como assimetria crescente entre os espaços de experiência e os horizontes de expectativa (Koselleck, 2006). Tal assimetria experiencial fez com que vários elementos fossem mesclados e gerassem a sensação de se viver num novo tempo, numa nova época - distinta de todas as anteriores, que desvela a experiência de um progresso acelerado e de uma história teleológica.

O conceito de aceleração – experiência basilar do Tempo Histórico – “corresponde a uma desnaturalização da experiência temporal” (Koselleck, 2014, p. 142), é um desses indicativos da especificidade da experiência de tempo da Modernidade. Tal processo de desnaturalização do tempo - ocorrida entre 1750-1850 - implicou colocar em jogo peças humanas no tabuleiro da ideia de progresso, uma vez que, dentre as categorias investigadas por Koselleck, a aceleração está imbuída na pergunta sobre o sentido e a experiência do Tempo Histórico como algo disruptivo e novo onde foi forjado o significado do moderno conceito de História.

Aliás, não é fortuito destacar que “as estruturas de repetição naturais e aquelas reguladas pelos seres humanos precisam ser claramente separadas do ponto de vista da teoria do tempo” (Koselleck, 2014, p. 13). Quando Koselleck apresentou sua investigação sobre as estruturas de temporalidade modernas, colocou em evidência aparição da experiência do Tempo Histórico como um tempo novo, inédito, assim, que pôde ser desdobrada em quatro elementos que estão inextricavelmente articulados: temporalização, aceleração, secularização e progresso.

Tais características sustentam a noção de tempo histórico e, também, são centrais porque é na ideia de progresso, por exemplo, e em sua variação de aceleração, que a natureza pôde ser colocada em xeque e à mercê da expropriação, do saque e de

hecatombes coloniais que devastaram o mundo natural encontraram no próprio sentido da experiência moderna. Assim, encontra-se no Tempo Histórico sua justificativa ideológica, que muito marca determinados inícios de um Antropoceno que, hoje, emerge como efeito colateral da aceleração empreendida pela Modernidade.

Ainda que a questão do Antropoceno possa ser vislumbrada por inúmeros prismas, ao movimentar o caleidoscópio das análises em direções variadas, as categorias teóricas podem se constituir como um campo potente para a interface entre historiografia, HTP e Antropoceno. A importância do tempo histórico constitui o interesse de historiadores porque permite analisar as dimensões de temporalidade que acarretam a questão do antropoceno e “no campo da história intelectual, o Antropoceno é retroalimentado pelas reflexões sobre a crise das temporalidades e delimitações da contemporaneidade, bem como sobre o estatuto da história em um contexto de emergência de pós-humanismo” (Suliani, *et al.*, 2023, p. 41).

Por essa razão existe o forte interesse em problematizar de que modo, hoje, num período onde as noções de temporalidade e historicidade foram fortemente questionadas, a noção de Antropoceno pode implicar modificações profundas às concepções de escrita da história, regimes de historicidade e a própria teoria do tempo (Hellerma, 2020a; Hartog, 2024; Turin; 2022).

Nesse sentido, o historiador indiano Dipesh Chakrabarty, conhecido por sua ligação aos estudos pós-coloniais, foi o pioneiro na discussão sobre o antropoceno como questão teórica para a historiografia (Chakrabarty, 2009; Turin, 2022). Com seu célebre artigo *The Climate of History: Four Theses*, publicado em 2009, o historiador colocou em evidência a hipótese geológica do Antropoceno como problema para a historiografia e inferiu diretamente, em uma de suas teses, que tal discussão promove “a rasura dos limites entre a história da espécie e a história do capital questiona os limites da compreensão histórica” (Chakrabarty, 2009, p. 220).

A partir disso, o Antropoceno, ao adentrar o território historiográfico, forçou o reconhecimento de uma temporalidade natural muito mais densa, que mescla a natureza e o tempo geológico, marcada pela expressão de uma história profunda (*deep history*). A geologia deixou um tanto quanto para trás o campo das metáforas, instigando os historiadores a investigarem a história da Terra. Além disso, também

provocou questionamentos epistemológicos tensos, ao fazer diversos historiadores reconhecerem a necessidade de se conceituar a história de uma maneira diferente do que se tem feito até então, sendo nova, inesperada e mesmo sem precedentes.

Nesse sentido, um primeiro apontamento importante deve levar em consideração que o Antropoceno, como expressão de uma experiência do tempo presente, precisa ser concebido e interpretado um questionamento de nossa própria época, fazendo com que a historiografia repense as formas narrativas da escrita da história (Tamm; Burke, 2019). Porém, não se trata somente de repensar as fronteiras disciplinares ou a prática científica que voga em torno de como se escreve a história, mas, sobretudo, analisar que o tempo presente – com a discussão sobre o Antropoceno – já nos oferece substrato para que pressupostos epistemológicos sejam revisados e questionados, realizando, como sugeriu Jacques Derrida (1973), mesmo uma desconstrução dos parâmetros de linguagem que legitimam e engessam determinadas formas de conhecimento.

Problematizações nessa direção levam a choques reflexivos bastante profundos, ao evidenciar que não somente as questões ambientais estão em jogo, mas também a própria maneira de se conceituar o tempo histórico e de concebê-lo teoricamente. Assim, se pensarmos a possibilidade de compreensão da própria inteligibilidade das agências no tempo histórico, no âmago de seus devires, o antropoceno fornece uma provocação bastante complexa à historiografia, desde o diálogo com a antropologia, ao demonstrar a possibilidade de inclusão de inúmeras outras formas de vida e agenciamento que podem ser capturadas pelo olhar historiográfico (Simon; Tamm, 2023; Danowski; Viveiros de Castro, 2014; Chakrabarty, 2023).

Historiadores têm colocado uma questão de interesse teórico da historiografia, que se expressa em perguntar “que tipo de conhecimento histórico pode ser, então, mais adequado no Antropoceno?” (Simon; Tamm; Domanska, 2021). Além de ser uma das questões mais complexas a serem feitas, ela diz respeito à noção de “excepcionalismo humano”, que vai em direção a um choque não só epistemológico, mas ontológico. Assim, se fizermos uma breve remissão a Marc Bloch, temos um indício ali do que é considerado definitivamente objeto de uma história nos limites humanistas que Chakrabarty pontuou sobre o antropoceno questionar: o “Ogro da

Lenda” decide o objeto por farejar a carne humana e é o rastro que persegue os historiadores (Bloch, 2008). Os historiadores Marek Tamm e Zoltan Simon (2020) especularam a respeito dos sentidos do histórico no antropoceno como uma história “mais-que-humana”. Por isso que, ao retomar o Tempo Histórico nos moldes de Koselleck, uma necessária revisão e questionamento da historiografia passa a acontecer, uma vez que a descrição do tempo histórico faz uma leitura privilegiada da “humanidade”. Mais ainda, o próprio:

conceito moderno de história, entendido como um processo singular coletivo, e restrito a uma Humanidade que se temporaliza às custas do domínio e da exploração da Natureza, vem se tornando cada vez mais opaco e fragilizado, perdendo sua capacidade de oferecer respostas e quadros de inteligibilidade diante desses novos problemas (Turin, 2024, p. 706).

Essa dimensão joga com novos problemas e novos objetos para uma narrativa histórica entendida como densa e quantificável, são transplantados do mundo meramente humano, indo em direção a uma apreciação multiespécies daquilo que pode ser objeto de historicização. Sendo uma característica da modernidade o corte naturalista entre natureza/cultura e o epistemológico entre sujeito/objeto, os historiadores Marek Tamm e Zoltán Simon sugerem que essa nova concepção conceitual de história seja dotada de três elementos: 1) abordagem multiespécies; 2) dimensão multiescalar e 3) uma forma não-contínua de historicidade (Tamm; Simon, 2020). O mais fundamental é que, para além do debate científico, epistemológico e ontológico, e independentemente se o “antropoceno” *ipsis litteris* seja validado como conceito ou não pela geologia, como não houve consenso até agora, algo importante fica como questão: o elemento da proposta como algo que pulsa a historicidade do próprio presente e de que forma a própria concepção de um olhar para a natureza é uma tendência das experiências de tempo do presente.

O Antropoceno à luz das questões da História do Tempo Presente

O campo da História do Tempo Presente possui uma longa e complexa história. O campo surge na França e logo adquire força nas últimas décadas do século XX, influenciando definitivamente os contornos da produção historiográfica brasileira (Ferreira, 2018). Apesar disso, a historiografia brasileira que se desdobrou da HTP

francesa passou a ter características mais intimamente ligadas ao problema das temporalidades, especialmente após a publicação de “Regimes de Historicidade”, por François Hartog. Nela, o historiador francês buscou uma maneira de tornar inteligível o ordenamento temporal de um determinado momento histórico, a fim de articular diferentes temporalidades para compreender suas dimensões históricas no âmbito da experiência. A intenção de Hartog era de ampliar a noção de Tempo Histórico de Koselleck por já não mais ser suficiente para capturar as dimensões de experiências de tempo que ocorrem no presente, que esta apenas demarcava os sentidos já delimitados da experiência moderna, como foi exposto anteriormente.

Além disso, a própria noção de regimes de historicidade, e, especialmente, a hipótese do presentismo, já foi cotejada como possível articulação com o Antropoceno (Hartog, 2024; Lopes; Viana, 2020). Torna-se pertinente analisarmos sob que ponto de vista os esforços historiográficos podem ser direcionados para o problema a partir das lentes de uma História do Tempo Presente. Vale ressaltar, no entanto, as invectivas teóricas que problematizam a leitura do Antropoceno (em associação ao presentismo) como um “regime antropocênico de historicidade” (Turin, 2024).

Uma certa incompatibilidade teórica entre regimes de historicidade e o Antropoceno não encerra a problemática posta. Contudo, há algo de indelével e fundamental a ser resgatado em Vengoa (2010) para pensar o Antropoceno e suas manifestações a partir do discurso científico oriundo da geologia e da climatologia que escapa do âmago das experiências do presente. Pois se trata sobretudo de conferir densidade e historicidade a um evento/processo, como o Antropoceno, em andamento e cujas dimensões futuras, apesar de serem desconhecidas na sua totalidade, são povoadas pelo imaginário de escatologia climática. Em outras palavras, trata-se de conferir um significativo reforço à recorrência de uma narrativa dos cientistas como heróis, vanguardistas que guiam a Humanidade, rumo a possibilidades inauditas de futuro (Bonneuil; Frescoz, 2024).

A historicidade das experiências de tempo e dos modos como o tempo é politizado aparece como elemento central na noção de um presente histórico, cuja relação coloca uma maior premência no que concerne ao olhar dedicado às múltiplas temporalidades do presente. Uma análise das formas do presente nestes moldes contribuiria para superar análises calcadas em cronologias e interpretações

sequenciais inócuas. A História do Tempo Presente, nesse sentido, “em vez de ficar mergulhada nas águas turvas do presente, pode justamente contribuir para o entendimento das significativas perturbações das nossas relações com o tempo” (Müller; Ilegelski, 2022, p. 12).

A entrada do Antropoceno na perspectiva historiográfica, e sobretudo teórica, levou alguns historiadores à conclusão de que “o regime moderno de historicidade, surgido na segunda metade do século XVIII, perdeu o seu domínio no último quartel do século XX” (Tamm; Olivier, 2019, p. 10). Colocando em termos de historicização do presente, a hipótese do presentismo de Hartog, assim como o Antropoceno - articulado aos índices da Grande Aceleração - fazem parte de um contexto mais amplo iniciado no pós-Guerra, situado numa escala onde a História do Tempo Presente atua em vista de problematizar tais questões porque:

Podemos entender que o Antropoceno corresponde mais ou menos à ascensão do movimento ambientalista moderno, que começou com os protestos liderados por cientistas contra os testes nucleares realizados acima do solo, após a Segunda Guerra Mundial (Foster; Angus, 2023, p. 12).

A HTP direciona um olhar cuidadoso e diferenciado às “presenças” do presente, isto é, às dimensões experienciais que permitem distinguir as potências históricas do presente, como a própria inserção do Antropoceno num quadro histórico que não surge *ex nihilo* da proposta de Crutzen e Stoermer, mas que tem aí uma densidade e uma localização política específica. Essa intervenção realiza rupturas significativas com leituras que produzem “cortes” entre o passado e o presente e tal abordagem favorece em muito aproximações interdisciplinares, que inscreveria, assim, a dimensão temporal do presente - com seus vários Antropocenos - nas “espessuras e profundidades do tempo histórico” (Vengoa, 2022, p. 35).

A História do Tempo Presente dialoga com a teoria da história, ainda que em sua gênese, na Europa, tenha se dado pelo interesse de compreender a “Última Catástrofe” (Rouso, 2016). O desafio epistemológico que o historiador colombiano Hugo Fazio Vengoa coloca à HTP é a de pôr em relevo a interface produzida entre temporalidades múltiplas, no diálogo com Koselleck, e da articulação de uma compreensão da articulação das dimensões temporais no presente que modulam regimes de historicidade possíveis.

Nesse sentido, a convergência de variados estratos de tempo conduz a uma dessincronização percebida como tentativa de enquadrar inúmeros tempos em conflito numa única referência padronizada. Tal procedimento trata-se de uma tentativa de singularizar e procurar constantes mais ou menos universais de temporalidade que sirvam de eixo epistêmico e heurístico, mas que acabam por pulverizar e escamotear a pluralidade das histórias e narrativas que correm no cerne do presente. Dessa forma, a tentativa de uma sincronização dos horizontes de expectativa num “singular-coletivo” apenas exaltaria a força dessincronizadora de trajetórias particulares.

Ao se tomar como pressuposto o caráter complexo, múltiplo, entremeado e descontínuo do tempo histórico contemporâneo, torna-se fundamental questionar a causalidade dos eventos estruturados em processos de continuidade, legados pela construção dos Tempos Históricos da modernidade (Koselleck, 2014). Tal concepção nos implica diretamente em reconhecer a existência de múltiplos presentes simultâneos, com diferentes ritmos, velocidades e extensões, posto que pelas estratificações experienciais do tempo, o próprio presente – a partir de sua historicização – apresenta uma complexa e densa multiplicidade (Vengoa, 2022, p. 37).

Dessa maneira, possibilita-se apontar certos graus de inteligibilidade das agências (emergentes ou não, humanas e não-humanas) nas experiências do tempo presente, por não o conceber como simples projeção automática – e linear – de um ponto estático no passado para outro ponto sucessivo localizado no presente. Para evocar uma imagem benjaminiana, o fluxo temporal de um presente historicizado em suas múltiplas manifestações não se escorre a partir das contas de um rosário, porque tal concepção faz parte de um conceito de história linear, homogêneo e sincronizador, calcado no conceito de progresso; em outras palavras, o presente não é resultado do passado, da mesma maneira que o passado não “passou” efetivamente (Jordheim, 2014; Löwy, 2005; Assmann, 2013).

Com efeito, trata-se ainda e sobretudo de repensar o Tempo Histórico e suas configurações na experiência no presente e de que o modo o Antropoceno o influencia, procurando compreender novas perspectivas teóricas, além de uma busca por alicerces interpretativos que podem ser pertinentes para tentar capturar experiências do tempo que se anunciam. Evidenciar problematizações ferrenhas para

o presente pode ser uma porta de saída para inúmeros impasses que emergem atualmente para a prática historiográfica, como a eclosão da violência agrária, a monocultura, o garimpo ilegal, a luta dos povos indígenas, o embate contra o discurso verde neoliberal e seus entrelaçamentos, memórias de lutas de trabalhadores e trabalhadoras, a inserção de historicidades que correm ao presente e que necessitam de uma reestruturação epistemológica. Reinhart Koselleck (2014) pontuou que toda mudança de experiência engendra uma mudança de método, sobretudo nas formas de se contar as histórias, de forjar as tramas e de narrar não meramente eventos, mas de costurar seus tecidos na teia da vida (Vengoa, 2010; Moore, 2022).

Um dos significados do Antropoceno no interior da historiografia contemporânea e para a própria HTP é problematizado densamente pela historiadora argentina María Inés Mudrovic (2024). Para ela, os estudos de temporalidades (*time studies*) sofreram dois golpes principais na história recente. O primeiro diz respeito ao *boom* memorial, da musealização e dos lugares de memória, tão impulsionados pelas reflexões de Pierre Nora nos anos 1980. O segundo momento, no entanto, se desloca para o século XXI com a declaração de Crutzen acerca da nova época geológica, o Antropoceno, cuja dimensão temporal é mais uma vez fortemente abalada no “contemporâneo”. Com isso, pensar o “contemporâneo” requer que este não seja normatizado no cerne das discussões sobre o tempo a ideia de uma sincronização global pela modernidade e seus afins, pois o contrário operaria exclusões temporais de sujeitos do presente (Mudrovic, 2019).

Ao lado disso, categorias antropocrônicas (conceitos cuja categoria temporal é centrada no humano) necessitam ser avaliadas de forma extremamente crítica observando sua penetração na historiografia. Isto se daria porque “apesar de toda a discussão sobre a incomensurabilidade temporal das escalas geológicas que enfrentamos, o tempo linear, absoluto e homogêneo se infiltrou no prisma pelo qual lemos o Antropoceno” (Mudrovic, 2024, p. 99). Dessa forma, a multiplicidade temporal não está implicada semanticamente no Antropoceno, posto que o conceito mobiliza justamente um léxico linear de compreensão e interpretação temporal.

Ainda segundo Mudrovic, a narrativa herdada das Ciências do Sistema Terra (CST) e a compreensão do sujeito histórico inserido numa escala temporal geocronológica fazem parte de uma mesma raiz comum com o Tempo Histórico da

modernidade, cujos conceitos de progresso e aceleração reinam num tempo compreendido como linear. A historiadora argentina salienta que “o tempo da Terra e o tempo humano na história podem ser comparados, ‘medidos’, em termos de ‘escalas’ e que o tempo histórico foi transposto para o tempo da Terra, gerando ‘políticas do tempo do Antropoceno” (Mudrovic, 2024,p. 95).

Defendemos que uma verticalização na teoria da história, em diálogo pressupostos teórico-metodológicos da HTP, pode ser bastante frutífera para fugirmos de uma leitura linear e homogênea do Antropoceno conforme chama a atenção Mudrovic. Nesse sentido, a teoria da história atua mesmo como modo de historicização do presente porque retira do presente a causalidade sequencial e cartografa o terreno necessário para a crítica do presente enquanto dimensão histórica e as relações que estabelece com o tempo e o espaço e também com as experiências e as expectativas. Além disso, cabe ressaltar, a importância do adensamento rumo ao presente não privilegiaria novamente os humanos no cenário das historicidades.

A historiadora e teórica polonesa Ewa Domanska (2024) argumenta que, caso queiramos construir uma historiografia que acompanhe os fatos do presente, teríamos de incluir perspectivas outras que para além do diálogo interno das humanidades. Essa abordagem requisitaria outras metodologias, incluindo ir além da perspectiva multiespécies, a análise relacional entre plantas, máquinas, objetos, animais e outras materialidades, e que não fossem tangenciadas ontologicamente por uma divisão arbitrária e naturalista que privilegia um tipo muito específico de “humanidade”.

Nesse sentido, ao trazermos à tona o conceito de “presente histórico contemporâneo”, que consiste na proposta conceitual de Hugo Fazio Vengoa (2010) para referir-se ao tempo presente, que faz um resgate teórico de Koselleck e Hartog, mas que não se define pela cronologia, e sim pelas múltiplas densidades históricas que emergem no tempo presente, as temporalidades contemporâneas em disputa ganham um significativo relevo para a ampliação dos questionamentos sobre como entender o fenômeno do Antropoceno. Da mesma forma como propõe Mudrovic acerca das políticas do tempo no presente, “os diferentes ‘agoras’ que dariam início ao

Antropoceno não são periodizações neutras, mas produtores de anacronismos” (Mudrovic, 2024, p. 97).

O tempo presente historicizado do “Antropoceno” contribui para pensarmos, com isso, as inúmeras estratificações temporais da experiência que se sobrepõem mutuamente, articulando as múltiplas durações do presente histórico e as diferentes camadas temporais, cadências e reverberações que a constituem. Para pesquisas futuras, a partir dessas reflexões, isso permitiria situar em que níveis as comunidades quilombolas, povos indígenas e experienciam e tangenciam sua própria temporalidade no presente histórico contemporâneo. Assim, contudo, acreditamos que essa noção pode ser ainda muito mais ampliada a partir de um enfoque privilegiado das noções disruptivas que o antropoceno, em geral, traz às humanidades ou, para retomar Domanska (2024), a outros sentidos de “pós-humanidades”, no presente, cuja compreensão diversificaria a própria estrutura interpretativa das múltiplas temporalidades contemporâneas.

Dessa forma, ao se praticar a própria historicização do presente, toma-se como ponto de partida a atualidade mais imediata por meio de um esclarecimento de seus principais problemas, vicissitudes, situações e processos, ao não tomar o presente como se fosse uma mera projeção diacrônica da estrutura temporal do passado. Ocorre, a partir disso, a necessidade de uma intenção de transcendência para com o presente, que se exprimem na densidade histórica de sua temporalidade com o fenômeno do Antropoceno e suas inúmeras consequências e variações como uma expressão bastante significativa (Vengoa, 2010, p. 98).

María Inés Mudrovic (2019) contribui, a seu turno, para a leitura e contextualização do presente histórico, nesse sentido, no diálogo com Domanska e Simon, ao pôr em evidência que as teorias da história devem lidar diretamente com os problemas globais do nosso próprio tempo. Em outras palavras, as teorias da história também devem desmascarar naturalizações e pressuposições normativas sobre a contemporaneidade. Portanto, as teorias que lidam com o presente e que se encarregam de repensar as categorias usuais da escrita da história deste mesmo presente (como o arcabouço teórico-metodológico da HTP), precisam ser atravessadas transversalmente por essa reflexão.

Em vista disso, a historicização do presente pode fornecer questões instigantes a partir do diálogo com o historiador colombiano, a partir do fato de que “o Antropoceno representa, assim, uma nova dimensão temporal que vem se colocar ao lado (ou acima) da pluralidade de tempos sociais da contemporaneidade, mas sem se confundir com elas” (Turin, 2024, p. 709). Nesse sentido, as dimensões de passado, presente e futuro são instâncias da historicidade e do cotidiano que não se imiscuem como se, a cada um, fosse dado um limite que não fosse permitido transpassar.

Pelo contrário, passado, presente e futuro encontram-se numa articulação por meio da vivacidade da linguagem e da cultura, que jogam, assim, uns contra os outros vários elementos superpostos em estratos, elementos teóricos que o historiador retoma de Koselleck para discutir as dimensões temporais e históricas do presente. Por isso que, com o debate sobre a catástrofe climática em andamento, a defesa de uma historicização do presente se faz fundamental para fortalecer e situar a história do tempo presente dos povos indígenas, dos absurdos climáticos frutos de queimadas, monocultura e incentivo de capital ao agronegócio.

Dentre as diversas questões que o debate acerca do antropoceno levanta, o problema da experiência de tempo no presente, bem como a própria politização do nosso tempo, porque o antropoceno, antes de ser aparentemente uma proposta isenta, neutra e científica, levanta sobretudo questões políticas fundamentais à prática historiográfica. Tais reflexões permitem analisar “de que modo essa relação recíproca entre mudança climática e reordenação de regimes de historicidade acontece no presente, em toda a sua pluralidade” (Turin, 2024, p. 713).

Considerações Finais

Procuramos ao longo do texto discutir alguns dos impactos causados pela noção de antropoceno na historiografia e mapear possibilidades teóricas de intervenção ao debate sob o prisma da História do Tempo Presente. Se o reconhecimento de uma multiplicidade de tempos e de presentes é fundamental, a partir de uma perspectiva teórica tomada da HTP, o olhar sobre vários “antropocenos” no presente é essencial, sobretudo para situá-lo efetivamente como um fenômeno político do tempo. Uma vez que a historicização de suas forjas, discursos e trajetórias

políticas e científicas pode traduzir em grande medida certas tensões do presente histórico e de como o Antropoceno – antes de pertencer a uma discussão geológico-climática – é também uma das formas de expressão das experiências e angústias atuais.

Em artigo recente, Hartog definitivamente se debruçou sobre o Antropoceno tendo como objeto o pano de fundo de suas próprias reflexões sobre o presentismo, que reflete, agora, em consonância com os dados científicos massivamente divulgados de que já chegamos a um ponto de não retorno. Ou seja, de que as alterações climáticas são planetárias e irreversíveis para pelo menos os próximos cem mil anos, que inaugura um sentido próprio de extensão temporal:

A tal ponto que supera nossas capacidades de representação e de ter uma experiência direta do que está ao nosso alcance. O que fazer, então? E primeiro, como viver no Antropoceno? Isto é, como manter unidas suas novas temporalidades com as que já nos são familiares, aquelas que acreditamos dominar, aquelas do próprio mundo, aquelas trabalhadas pelos historiadores? (tradução livre) (HARTOG, 2024, p. 166).

As questões que Hartog levanta são parte de um pano de fundo muito mais extenso, no qual viver, hoje, torna-se um derradeiro cenário de angústia para muitos que precisam respirar, contra qualquer possibilidade de ação, ar tóxico ou beber água contaminada. Assim, outras temporalidades – porque experiências disruptivas e devastadoras com expectativas aterrorizantes – emergem. Cabe, assim, aos historiadores do presente (com as ferramentas reflexivas da HTP) compreender a gramática histórica que se forma em torno da mobilização desses agentes e a erupção de novas formas de vida e agência histórica, pois o impacto é global e inúmeros modelos societários – estabelecidos numa relação, proporcional ou desproporcional, de hierarquia climática – são frutos das dimensões arbitrárias do capitalismo climático tardio baseado na economia fóssil (Malm, 2016).

A historicização do presente não é algo óbvia e pode situar a responsabilidade de agentes, instituições e megacorporações no processo de ebulição global ao questionar que sujeitos, no âmago de questões sociais, raciais e de gênero, serão mais atingidos com as mudanças climáticas. Uma análise das escalas de experiência histórica e temporal do presente também pode ser uma via importante para lidar com esse problema que emerge como um acerto de contas político. A proposta de intervenção

teórica da HTP se coloca diante de uma perspectiva crítica contra uma postura que fica paralisada diante do catastrofismo no presente, como se o curso da história estivesse já delimitado pela espera da catástrofe e ao presente restar apenas a chegada de um futuro entendido como hecatombe, de um porvir apocalíptico para Gaia.

Ao dialogarmos com Hugo Fazio Vengoa e María Inés Mudrovcic, localizados no eixo da reflexão sobre possíveis intervenções da HTP no Antropoceno, buscamos realizar uma compreensão mais elaborada sobre as contribuições efetivamente teóricas realizadas pela historiografia latinoamericana. Nesse sentido, a tessitura de um conjunto de investidas críticas feitas por historiadores e historiadoras do Sul Global, mas, especialmente situados na América do Sul, como no caso de ambos, demonstra vívidos sinais do vigor epistêmico das teorias da história latinoamericana e brasileira. A reflexão sobre o fazer historiográfico e as dimensões do presente sob essa perspectiva amplia possibilidades e questões de pesquisa – além de convocar historiadoras e historiadores a reflexões sobre a catástrofe climática a partir de experiências históricas e sociais situadas.

Nesse sentido, como contribuição, trata-se de operacionalizar uma escrita da história que vá a contrapelo da catástrofe em curso. Os aportes teóricos da própria HTP podem oferecer perspectivas, assim, para outras possibilidades de agenciamento, tais como o pensamento indígena ou histórias baseadas no perspectivismo, podem oferecer contrapontos significativos às modulações epistemológicas da historiografia e sobre as maneiras de representar e lidar com o problema da crise climática atualmente. Discutir coletivamente essas questões deve soar como um convite a repensar inclusive o próprio lugar de certas agências e historicidades do presente, atentando para os elementos que emergem, mas sobretudo àqueles que são politicamente escamoteados, seja pelo discurso científico, institucional ou historiográfico. Assim, acreditamos que a HTP possa contribuir de forma modesta na urdidura desse emaranhado de fios que entrelaçam o presente, como enchentes históricas, estiagens sem precedentes ou a inalação cotidiana de fumaça proveniente de queimadas que fazem parte do cataclismo que se parece anunciar-se no horizonte de expectativa.

Referências

- ANGUS, Ian. Enfrentando o Antropoceno: capitalismo fóssil e a crise do sistema terrestre. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2023.
- ASSMANN, Aleida. Is Time Out of Joint?: On the Rise and Fall of the Modern Time Regime. Cornell University Press, 2013.
- BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Zahar, 2008.
- BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. O Acontecimento Antropoceno: a Terra, a história e nós; tradução: Marcela Vieira. – São Paulo, SP: Quina Editora; Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2024.
- CHAKRABARTY, Dipesh. Anthropocene Time. *History and Theory* 57, no. 1, 5-32, 2018.
- CHAKRABARTY, Dipesh. One Planet, Many Worlds: The Climate Parallax. Waltham, Massachusetts: Brandeis University Press, 2023.
- CHAKRABARTY, Dipesh. The Climate of History: Four Theses. *Critical Inquiry*, v. 35, n. 2, p. 197-222, winter 2009.
- CHARBONNIER, Pierre. A Genealogy of the Anthropocene. *Annales HSS (English Edition)* 72, no. 2: 199-224, 2017.
- CHORELL, Torbjörn Gustafsson. Two concepts of apocalypse and apocalyptic history today, *Rethinking History*, 28:3, 357-375, 2024.
- CRIST, Eileen. A pobreza da nossa nomenclatura. In MOORE, Jason (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e crise do capitalismo*. - São Paulo: Elefante, 2022.
- CRUTZEN, Paul. Geology of Mankind. *Nature*. Vol. 415, p. 23, Jan. 2002.
- CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. The "Anthropocene". *IGBP Newsletter*, Stockholm, n. 41, p. 17-18, 2000.
- DANOWSKI, D; VIVEIROS DE CASTRO, E. Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie e Instituto Socioambiental, 2014.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DERRIDA, Jacques. Gramatologia. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DOMÁNSKA, Ewa. A história para além do humano. Organização: Taynna Marino e Julio Bentivoglio. Rio de Janeiro: FGV Editora: 2024.

FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. - São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018.

FOSTER, John Bellamy. "Apresentação". In: ANGUS, Ian. Enfrentando o Antropoceno: capitalismo fóssil e a crise do sistema terrestre. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FREYESLEBEN, Alice F. A Terra na história e a história na Terra: desdobramentos da noção de Antropoceno na narrativa histórica. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. – Curitiba, 2022.

HARAWAY, Donna. Staying with the Trouble: Making kin in the Cthulucene. Duke University Press, Durham e Londres, 2016.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autênci Editora, 1 ed., 2019.

HARTOG, François. Tiempo del mundo/tiempo del antropoceno. Lo simultáneo de lo no simultáneo. Historia y Gráfica, [S. l.], n. 62, p. 151–169, 2023.

HELLERMA, Juhan. Mapping Time: Analysis of Contemporary Theories of Historical Temporality. University of Tartu Press, 2020b.

HELLERMA, Juhan. Negotiating presentism: toward a renewed understanding of historical change. Rethinking History: The Journal of Theory and Practice, Vol. 24, 2020a.

JORDHEIM, Helge. Introduction: Multiple Times and the Work of Synchronization, History and Theory, v. 53, n. 4, p. 498–518, 2014.

KLANOVICZ, Jo; RAMOS, Ana Clara dos Santos. Mudança climática e os riscos de um futuro ecofascista em O Conto da Aia: uma leitura histórica e ecocrítica. REMEA -

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, [S. l.], v. 40, n. 3, p. 318–336, 2023.

KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC- Rio, 2014.

LATOUR, Bruno. Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo/Rio de Janeiro. Ubu Editora, 2020.

LOPES, Alfredo R. S.; VIANA Jr., Mário M. O Antropoceno como Regime de Historicidade. Revista Brasileira de História & amp. Ciências Sociais, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 9-24, 2020.

LORENZ, Chris. If You're So Smart, Why Are You under Surveillance? Universities, Neoliberalism, and New Public Management. Critical Inquiry, v. 38, n. 3, p. 599–629, 2012.

LÖWY, Michael. Walter Benjamin: Aviso de Incêndio: uma leitura das “Teses sobre o conceito de História”. – São Paulo: Boitempo, 2005.

MALM, Andreas. Fossil Capital: the rise of steam power and the roots of global warming. London and New York: Verso, 2016.

MARQUES, Luiz. O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023

MOORE, Jason (org.). Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e crise do capitalismo. - São Paulo: Elefante, 2022.

MUDROVCIC, María Inés. A “virada temporal” em perspectiva: o antropoceno a partir da política do tempo. In: TURIN, Rodrigo; LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo (org.). Antropoceno: perspectivas historiográficas. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: NAU Editora, 2024.

MUDROVCIC, María Inés. The politics of time, the politics of history: who are my contemporaries?, Rethinking History, v. 23, n. 4, p. 456–473, 2019.

MÜLLER, Angélica & IEGELSKI, Francine (orgs.). História do tempo presente: mutações e reflexões. - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

PEREIRA, Elenita Malta; LOPES, Alfredo Ricardo Silva. A última catástrofe planetária? História ambiental e história do tempo presente, uma aproximação necessária. Tempo, Niterói, Vol. 30, n. 1, 2024.

ROUSSO, Henry. A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SIMON, Zoltán Boldizsár; TAMM, Marek; DOMAŃSKA, Ewa. Anthropocenic historical knowledge: promises and pitfalls. *Rethinking History*, v. 25, n. 4, p. 406-439, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13642529.2021.1985224>.

SIMON, Zoltan; TAMM, Marek. *The Fabric of Historical Time*. Cambridge University Press, 2023.

STEFFEN, W; SANDERSON, A; TYSON, P. D. et. al. *Global Change and the Earth System: A Planet under Pressure - The IGBP Book Series*. Berlin/New York: SpringerVerlag, 2004.

STEFFEN, Will. "Commentary" *The Anthropocene* In: ROBIN, L; SÖRLIN, S; WARDE, P, editors. *The future of nature: Documents of global change*. New Haven, CT: Yale University Press; 2013.

STENGERS, Isabelle. No tempo das catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SULIANI, Carla; KLANOVICZ, Jó; SILVA, Claiton Marcio da. Antropoceno: história, historiografia e perspectivas. *Cadernos do Ceom*, v. 36 n. 59 (2023): *História Ambiental*.

SWYNGEDOUW, Erik. Apocalypse Forever? Post-political populism and the spectre of climate change. *Theory, Culture & Society*, Vol. 27(2–3): p. 213–232, 2010.

TAMM, Marek; BURKE, Peter. *Debating New Approaches to History*. Bloomsbury Academic, New York, 2019.

TAMM, Marek; OLIVIER, Laurent (orgs.). *Rethinking Historical Time: new approaches to presentism*. Bloomsbury Academic, London, 2019.

TAMM, Marek; SIMON, Zoltán Boldizsár. More-than-Human History: Philosophy of History at the Time of the Anthropocene. In: KUUKKANEN, Jouni-Matti (Org.). *Philosophy of History: Twenty-First-Century Perspectives*. London: Bloomsbury, 2020. p. 198-215.

TSING, Anna Lowenhaupt. O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. N-1 Edições, 2022.

TURIN, Rodrigo. A "catástrofe cósmica" do presente: alguns desafios do antropoceno para a consciência histórica contemporânea. In: MULLER, Angélica; IEGELSKI, Francine.

História do tempo presente: mutações e reflexões. Rio de Janeiro: FGV, p. 141-163, 2022.

TURIN, Rodrigo. Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 703-724, set./dez. 2023.

VENGOA, Hugo Fazio. Historia del tiempo presente: composición, temporalidad y pertinencia. In: MÜLLER, Angélica & IEGELSKI, Francine (orgs.). História do tempo presente: mutações e reflexões. - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

VENGOA, Hugo Fazio. La historia del tiempo presente: historiografía, problemas y métodos. Bogotá: Universidad de los Andes, Ediciones Uniandes, 2010.

YUSOFF, Kathryn. *A Billion Black Anthropocenes or None* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018).